

Rosângela Menezes



Ribeirinhos

Histórias de vida dos moradores da Reserva de
Desenvolvimento Sustentável do Tupé

Ribeirinhos

Histórias de vida dos moradores da Reserva de
Desenvolvimento Sustentável do Tupé

Rosângela Menezes

Ribeirinhos

Histórias de vida dos moradores da Reserva de
Desenvolvimento Sustentável do Tupé

Texto e edição: Rosângela Menezes

Capa e Projeto gráfico: Rosângela Menezes

Fotos: Rosângela Menezes

Orientação: Daisi Vogel

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca
Universitária da UFSC.

Menezes, Rosângela

Ribeirinhos : histórias de vida dos moradores da Reserva de
Desenvolvimento Sustentável do Tupé/ Rosângela Menezes;
orientadora, Daisi Vogel - Florianópolis, SC, 2014. 94 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Comunicação e Expressão. Graduação em Jornalismo.

Inclui referências

1. Jornalismo. 2. Ribeirinhos. 3. Amazônia. 4. Narrativas. 5.
Unidade de Conservação. I. Vogel, Daisi. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Jornalismo. III. Título.

Ao sorriso de Fabiane



Nos caminhos desse rio
Muita história pra contar
Navegar nessa canoa
É ter o mundo pra se entranhar
Cada canto esconde um conto
Cada homem e mulher
Tem a fé, a força e a história
Pra contar pra quem quiser

(Caminhos de Rio, Raízes Caboclas)



Sumário

Apresentação

As tranças do Tupé	10
--------------------------	----

Ribeirinhos

Francisca a favor dos Ribeirinhos	28
A reconstrução de um lar	36
Dinaka entre reservas	44
O colecionador de terras	56
Felipe quer entrar na universidade	64
A prestanista	70
O agricultor solitário	76
A professora de jovens e adultos	82
O milagre de Luzia	88

AS TRANÇAS DO TUPÉ



João da Cunha Conceição e Maria Lopes da Silva Conceição se conheceram há 45 anos nos igarapés que desaguam na margem esquerda do Rio Negro. Ele agora tem 68 anos e saiu do município de Coari, região central do Amazonas, quando tinha sete anos. Ela está com 61 e, até os seis anos, morava com a família na comunidade São José da Boa Vista, localizada acima da cidade em que João nasceu. Os dois se conheceram numa vila ribeirinha, casaram-se em 1969 e mudaram para a comunidade Nossa Senhora do Livramento, a 25 quilômetros de Manaus. Quando chegaram, construíram uma casa coberta com palha e cercada com madeira de paxiúba. Ao lado da residência ficava a casa de farinha equipada com triturador, motor de ceva e forno de barro. Ao longo dos anos, o casal sustentou os nove filhos com a venda da farinha, até Maria adquirir alergia ao veneno que utilizavam para matar as formigas.

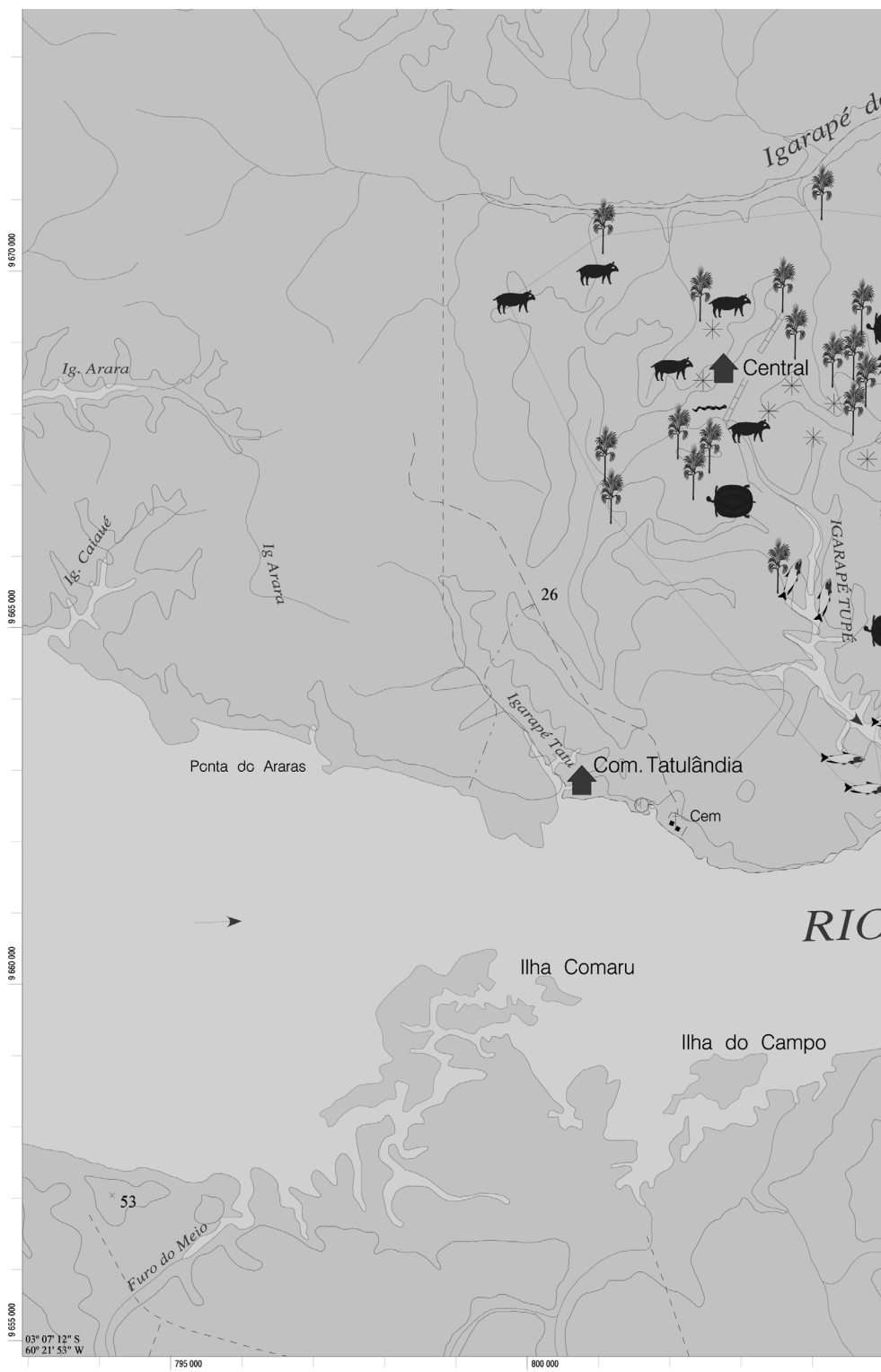
Os filhos casaram e migraram para a capital. João e Maria, por sua vez, pararam de cultivar a roça e mudaram para o distrito de Cacau Pirêra, a dois quilômetros de Manaus. Lá, João trabalhou de carteira assinada durante cinco anos e se aposentou. O casal comprou um imóvel, se estabeleceu e agora pretende vender por 100 mil reais a casa de Nossa Senhora do Livramento, que desde 2005 faz parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (REDES do Tupé). Vivem lá e cá, pois não querem deixar as propriedades abandonadas.

Maria reclama do custo de vida em Nossa Senhora do Livramento. Na comunidade, o quilo de feijão é vendido a cinco reais mais caro do que na zona urbana e os idosos pagam passagem inteira para atravessar o rio. “A passagem no Cacau custa 5 reais,

o idoso paga meia, e se tiver só três idosos na lancha a gente nem paga. Em Nossa Senhora do Livramento não, pagamos inteira e ainda custa 1 real a mais.” João acha que a comunidade cresceu demais. Ele não gosta de morar na cidade grande, sempre preferiu o sossego do interior. “Quando chegamos em Livramento só tinha mato, não tinha luz, era uma paz. Éramos só nós aqui, uma maravilha. Agora tem gente demais e tudo ficou mais complicado.” Mas embora João reclame do aumento da população em Nossa Senhora do Livramento, no distrito do Cacau Pirêra existem 10 mil habitantes a mais do que em toda a extensão da REDES do Tupé.

A palavra tupé na língua tupi significa entrançado, tecido trançado com talas da palmeira arumã, uma planta típica da região amazônica – utilizada, principalmente, pelos indígenas para produzir tapetes, esteiras e toldos de barco. Tupé é também o nome de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável localizada na zona rural de Manaus, às margens do Rio Negro e distante 25 quilômetros do centro da cidade. Na trança, estão mamíferos como a onça, a paca e o sauim de coleira; árvores frutíferas que dão caju, cupuaçu e açaí, e também plantas utilizadas para fins medicinais: cajiru, que promete curar a anemia, quebra-pedra, que diminui as dores causadas pelo cálculo renal e a sucububa, que é utilizada para melhorar a queimação no estômago provocada por úlceras e gastrites. Sovi, biguá e pato-do-mato são alguns dos representantes das aves, e ainda é possível encontrar diferentes espécies de jacarés, arraias e ariranhas.

A reserva tem 12 mil hectares e abriga em sua extensão seis comunidades: Nossa Senhora do Livramento, Julião, Agrovila Ama-



Ig. Arara

Ig. Catauê

Ig. Arara

Ponta do Araras

26

Igarapé Tupé

Com. Tatulândia

Cem

Central

Ilha Comaru

Ilha do Campo

Furo do Meio

x 53

9 670 000

9 665 000

9 660 000

9 655 000

03° 07' 12" S
60° 21' 53" W

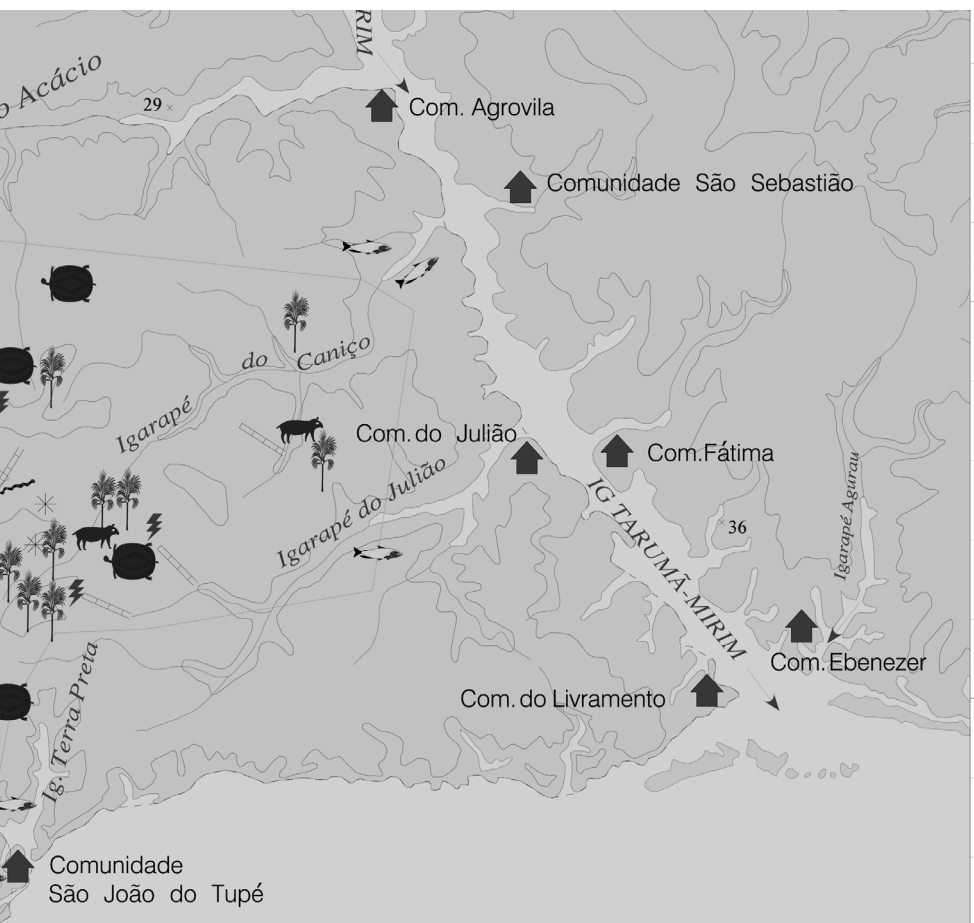
795 000

800 000

Igarapé d

IGARAPÉ TUPE

RIC



DO NEGRO →



9 670 000

9 665 000

9 660 000

9 655 000

805 000

810 000

815 000

03° 07' 10" S
60° 08' 47" W

zonino Mendes, São João do Tupé, Colônia Central e Tatulândia. As vilas estão isoladas da zona urbana e o trajeto até elas só é possível por meio de embarcações. O local é banhado pelos igarapés do Tatu, Acácia e Tarumã-mirim, e conserva em seu interior os igarapés do Caniço, Julião, Tupé e Terra Preta – todos eles desaguan no Rio Negro.

De acordo com o Departamento de Agricultura e Abastecimento da Prefeitura de Manaus, existem 737 famílias na REDES do Tupé. Em Nossa Senhora do Livramento residem 210 pessoas, na Agrovila 320 e na comunidade do Julião vivem 80 ribeirinhos. A região mais afastada do centro é a menos habitada, com 80 moradores em São João do Tupé, 30 na Colônia Central e apenas 15 na Tatulândia. O mosaico cultural é formado por indígenas das etnias dessano, tukano, baré, paumari e deni, migrantes vindos do Maranhão, Ceará e Pará, amazonenses do norte e sul do estado e também manauaras que fugiram da vida agitada da cidade.

É difícil afirmar a data exata em que os primeiros moradores chegaram à REDES do Tupé. Oficialmente, a comunidade mais antiga é Nossa Senhora do Livramento, pois a Associação de Moradores foi fundada em 5 de agosto de 1973. Porém, existem relatos orais de que a região do Julião foi invadida em 1963 e criada apenas em 1992. No entanto, o morador mais antigo de São João do Tupé conta que os desbravadores apareceram ali também no ano de 1963, e que o estatuto da comunidade só foi lavrado em 1987. A ocupação mais recente é a da Colônia Central: a trilha que dá acesso a vila foi aberta em 1994 e a Associação Comunitária Agrícola Rural da Comunidade Colônia Central (ACAR) foi criada em 1998, pelo índio dessana Domingos Veloso.

Os moradores viviam da extração de madeira para fabricar carvão, espeto de churrasco e andaimes. Eles também derrubavam as árvores para plantar cana-de-açúcar e mandioca para produção de farinha, goma e tucupi, além de retirar pedra e areia para serem utilizadas em construções. Nos limites da REDES do Tupé, havia a pesca predatória e a caça indiscriminada de mamíferos. Essas atividades eram realizadas não apenas pelos moradores, mas também por forasteiros que vinham da cidade. A reserva foi criada há nove anos com o objetivo de frear a exploração dos recursos naturais e promover o desenvolvimento sustentável das populações que habitam a região. O Decreto nº 8044 de agosto de 2005 também prevê que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Manaus (Semmas) viabilize formas de permitir que a própria comunidade seja responsável pela fiscalização e proteção da flora, fauna e rios.

Hoje é permitido aos ribeirinhos caçar e pescar para a subsistência. O desmatamento só é autorizado para pequenos roçados, e a retirada de madeira da floresta é liberada para construção de casas para os moradores, ambos com licença ambiental da Semmas. Já a remoção de areia, seixo e pedras para edificações está proibida desde a fundação da REDES do Tupé. Mas as seis comunidades não viraram área de proteção ambiental da noite para o dia: em 1995, foi criada a Unidade Ambiental do Tupé (UNATupé), que definiu os limites territoriais e inseriu a região no Sistema Municipal de Unidades de Conservação. Em 1999, a prefeitura instituiu o local como “espaço territorial de relevante interesse ecológico” e atribuiu à Semmas a gestão ambiental do lugar. Ainda em 1999 foi criado o Regulamento da Área de Relevante

Interesse Ecológico do Tupé (ARIE -Tupé), e em 2002 a UNATupé foi enquadrada como Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé - RDS Tupé. Em 2005, o Decreto nº 8.044 nomeou, finalmente, Nossa Senhora do Livramento, Julião, Agrovila, São João do Tupé, Tatulândia e Colônia Central como integrantes da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (REDES do Tupé).

O combate à pobreza e a melhoria da vida da população tradicional são colocados como prioridades no artigo 3 do Decreto que criou a reserva. No entanto, viver de forma sustentável é o desafio que os moradores das seis comunidades enfrentam há nove anos. A economia é ligada à agricultura familiar, avicultura, apicultura, piscicultura, roçado para produção de farinha, confecção de artesanato, turismo, fabricação de bombons e geleias. Mas, essas atividades não são realizadas em todos os lugares. Em Nossa Senhora do Livramento, por exemplo, as mulheres varrem os quintais das pessoas que têm casa na vila mas moram em Manaus, e ganham entre 100 e 300 reais por mês, dependendo do tamanho do terreno. Os homens vivem de trabalhos temporários na construção civil. Existem também pequenos estabelecimentos que vendem alimentos não perecíveis e bebidas, e até um pequeno restaurante. Os artesãos têm dificuldades de expor seus trabalhos, já que na comunidade não existem, hoje, eventos que levem turistas para comprar as peças.

Jeremias de Souza Tavares, 50, mora na comunidade há 27 anos. Ela é indígena da etnia baré e produz bijuterias com sementes e potes de argila. Ela conta que o artesanato não dá lucro porque não existem pessoas para comprar. O preço de cada colar confeccionado com sementes de açaí e jarina custa de cinco a dez

reais. Em Manaus, esse tipo de produto é vendido a partir de dez reais. “Artesanato aqui só dá dinheiro quando tem festa que vem muita gente ou quando os estudantes aparecem para desenvolver algum trabalho social aqui dentro.” Jeremias sustenta a casa capinando terrenos e vendendo suco. No período eleitoral, trabalha como tradutora para ganhar um salário mínimo, pois fala as línguas tukano e nhangatu.

Na comunidade Julião embora exista um projeto de beneficiamento da polpa de cupuaçu – os moradores que trabalham na produção de doces receberam treinamento para otimizar o processo de produção –, é o mercado informal a principal atividade econômica dos ribeirinhos. Rosemary de Souza Moraes, 26, nasceu em São Paulo de Olivença, sudoeste do Amazonas, e mudou com o marido para a comunidade há cinco anos. Ela atua como manicure e recebe 25 reais para fazer pé e mão. As clientes mais assíduas são as professoras da escola. O marido capina terrenos e ganha por dia de trabalho entre 30 e 40 reais. O casal tem dois filhos e o único valor fixo da casa são os 70 reais do Bolsa Família. Na comunidade existem também aposentados, ribeirinhos que trabalham na roça e pescadores como Carlos José Rodrigues de Souza, 36, que pesca o ano inteiro pelos igarapés próximos ao Julião e interrompe o trabalho no período da desova dos peixes. Nessa época, recebe o seguro defeso no valor de um salário mínimo, pago pelo estado do Amazonas.

Na Colônia Central, a realidade não é muito diferente. A população é formada basicamente por crianças, adultos e aposentados. A agente de saúde Luciene Batista da Rocha, 33, explica que na comunidade a renda fixa é só para os aposentados. Os demais

moradores trabalham na roça, capinam terrenos ou, quando a Semmas concede licença ambiental para construção de alguma casa, cortam e laminam madeira da floresta.

A Semmas tem desenvolvido vários projetos com apoio de universidades e de institutos de pesquisa com o objetivo de gerar renda e permitir que os ribeirinhos vivam de forma sustentável dentro da REDES do Tupé. Colônia Central, Julião e São João do Tupé, por exemplo, estão inseridas no programa Tucorin, uma central de turismo comunitário em que os moradores recebem os visitantes em suas casas para que possam conhecer um pouco mais sobre seu cotidiano e suas tradições. Em São João do Tupé, há um tanque-rede de criação de peixe em um canal de igarapé, e nas seis comunidades existe um projeto de confecção de produtos ornamentais produzidos com resíduos florestais.

A dança das águas – As chuvas amazônicas definem o ritmo de vida dos ribeirinhos das comunidades Nossa Senhora do Livramento, Julião, Agrovila Amazonino Mendes, Colônia Central e Tatulândia. Elas determinam a navegabilidade dos rios, o calendário escolar, a distância até o posto de saúde, a quantidade de jaraqui, tucunaré e pacu na rede do pescador. Os temporais caem de dezembro a maio e são conhecidos como “inverno amazônico”. Frio mesmo não faz, a diferença é que o clima fica mais ameno. Em dezembro, por exemplo, o sol aparece 130 horas no mês. Já em julho, quando começa o período de seca, ele brilha lá em cima durante 214 horas. Quem esconde o sol no inverno são as nuvens cinza, carregadas, quase negras, dos “torós”. E quando caem os pingos de chuva, os baldes se enchem com a água que os moradores da Colônia Central utilizam para lavar a louça, regar

as plantas, encher os potes dos animais de estimação ou limpar a casa.

Sol e chuva são as opções de clima em Manaus, ou como diriam os meteorologistas: estação seca e estação chuvosa. E são as duas que conduzem a subida e a descida das águas do Rio Negro. Um exemplo desse movimento é que a maior cheia registrada no Porto de Manaus, em 2012, indicou 29,97 metros acima do leito do rio, enquanto a pior seca aconteceu em 1963, com a marca de 13,64 metros abaixo do esperado. Mas é difícil definir um volume normal para o Rio Negro e também para o Solimões, pois as bacias são extensas e a profundidade varia dependendo da região. A medição no Porto de Manaus é feita há 112 anos e funciona como um marco zero. A régua está a 13 metros da superfície e, a princípio, ela foi instalada ali para controlar a profundidade que se encontra o ponto mais baixo da quilha de uma embarcação.

O aumento do volume do rio facilita a navegação para as seis comunidades. Para chegar à Nossa Senhora do Livramento, Agrovila e Julião basta pegar uma lancha no porto da Cooperativa da Associação dos Profissionais de Transporte Fluvial da Marina do Davi (Acamdaf). Para ir à Colônia Central é preciso descer de lancha no Julião e andar a pé por três horas no meio da floresta até a vila da comunidade. Mas, para quem tem uma embarcação pequena com motor de 15 hp, também conhecida como rabeta, o percurso na picada diminui para apenas 40 minutos. Na Tatuândia a Acamdaf não chega: os moradores fazem o trajeto até a cidade com suas pequenas rabetas.

Quando o rio seca, algumas ilhas com extensas porções de areia branca cobertas com vegetação se formam ao longo do curso do

rio. O contraste da água escura com a areia branca atrai a atenção de turistas para a região, mas dificulta a mobilidade dos ribeirinhos. A comunidade Julião, por exemplo, está localizada em um morro ou, como definem os moradores, “em uma ilha suspensa”, e quando o rio seca, ela ainda fica rodeada por uma porção de areia e um rio estreito. Em agosto, as águas começam a baixar devagar, e por volta de setembro as praias vão se formando, até que em novembro os moradores precisam andar a pé por cerca de 30 a 40 minutos para chegar no ponto da Acamadaf.

O calendário escolar também é adaptado à estação seca. As aulas vão de janeiro a novembro. Depois desse período o barco escolar não consegue mais navegar. Pedro Lopes Nascimento é o condutor da lancha da comunidade Nossa Senhora do Livramento há oito anos. A rota dele começa às seis da manhã e tem duração de uma hora. Ele conduz as crianças dos igarapés do Diuna, Fazendinha e Lago da Sova até a Escola Municipal São José. Ele as leva de volta ao final da aula, às 11 horas. Quando deixa as crianças do turno matutino, já traz consigo os alunos do turno vespertino. A jornada de trabalho de Pedro termina às 17 horas, quando entrega os últimos estudantes aos seus pais.

Na REDES do Tupé, há quatro escolas municipais. Em Nossa Senhora do Livramento funciona a Educação Infantil e o Ensino Fundamental nos turnos matutino e vespertino, e à noite a escola é cedida para a Secretaria de Educação do Amazonas (SEDUC), para o Ensino Tecnológico a distância. No Julião, além da educação básica, a escola oferece também Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na Agrovila, as aulas são para o ensino infantil e fundamental, e à noite também oferece o curso tecnológico. A Escola

Municipal São João, localizada na comunidade São João do Tupé, é a mais completa, pois oferece Educação Infantil, Fundamental, EJA e ensino médio a distância. Colônia Central e Tatulândia são as menores comunidades e não têm escolas. As crianças são apanhadas pelo barco-escola e frequentam as aulas na comunidade São João do Tupé.

Quem também anda bastante a pé na época da seca é a agente de saúde da Colônia Central Luciene. Ela precisa ir uma vez por mês à comunidade Nossa Senhora do Livramento buscar os remédios para os hipertensos e os diabéticos. Quando o rio seca, a caminhada para pegar a lancha passa de 40 minutos para duas horas. Luciene fica apenas 20 minutos no barco.

O Posto de Saúde Rural (PSR) do Livramento é uma unidade de saúde mista e atende como Unidade Básica de Saúde (UBS) e como Unidade Básica de Saúde Rural (UBSR). São dois clínicos gerais, dois enfermeiros e um dentista para 1,4 mil pacientes da área de cobertura – que abrange as comunidades Nossa Senhora do Livramento, Agrovila, Julião e Colônia Central, e 2 mil ribeirinhos dos igarapés vizinhos. Além de fazer consultas de rotina, preventivos e tratamentos dentários, os médicos encaminham os ribeirinhos para um especialista em Manaus, caso haja necessidade. O agendamento de consultas na capital é feito pela assistente do diretor do posto de saúde, Adriana Orêncio. “Marco as consultas pelo sistema nos meus dias de folga, na minha casa, pois aqui é uma comunidade carente, carente de tudo. Eles não tem condições de se locomover muito. Tenho uma carga horária de 30 horas, tiro três dias aqui. Os outros utilizo para fazer a marcação de exames em casa.”

As comunidades Julião, Agrovila e Colônia Central tem um posto de saúde pequeno, construído com madeira, onde os médicos aparecem uma vez por semana. Às segundas-feiras, atendem no Julião, às quartas na Agrovila, e às terças e quintas permanecem no PSR, em Nossa Senhora do Livramento. Uma segunda-feira por mês a comunidade Julião fica sem clínico geral, pois nesse dia os médicos atendem na casinha amarela, construída com madeira da floresta e erguida pelos próprios moradores, na Colônia Central. Porém, os ribeirinhos dessa comunidade preferem ser atendidos no barco Catuiara que trafega pelo Rio Negro e atende cerca de 4 mil ribeirinhos de 21 comunidades por mês, entre elas a São João do Tupé. “Se vamos ao médico em Livramento temos que dormir mais para frente, porque a consulta começa às sete horas da manhã e só de trilha para pegar a lancha são três horas. Mas, se nós vamos ao Tupé, eles colocam na nossa ficha um carimbo escrito fora de área”, desabafa Maria Célia, moradora da comunidade.

Quem sofre mesmo na região são os hipertensos. A Colônia Central é uma das três comunidades que continua sem energia elétrica e os moradores não tem como conservar os alimentos. A carne é salgada para durar mais tempo e, embora seja escaldada, nem sempre é possível retirar o excesso de sal. Devido à distância da zona urbana é difícil comprar frango, carne vermelha ou porco. As proteínas mais consumidas são paca, cutia ou tatu, que os moradores caçam na floresta no entorno da vila. Além disso, eles consomem muitos produtos enlatados que também contam com alta concentração de sódio. “Vindo a energia pra cá, nossa qualidade de vida melhora, vai mudar e muito. Muitos aqui estão

numa situação difícil de saúde por causa do sal”, explica a agente de saúde Luciene Rocha.

A autorização ambiental para a instalação da energia elétrica por meio do Programa Luz para Todos (PLpT) do Governo Federal saiu em julho de 2013. Além da Colônia Central, as comunidades São João do Tupé e Tatulândia devem sair do escuro. A previsão é que os postes cheguem até dezembro de 2014. O cronograma da companhia de energia elétrica para este ano também inclui a mudança da rede de transmissão da comunidade Julião de monofásica para bifásica. De acordo com o gerente de fiscalização de obras do Luz para Todos, Fábio Andrade Conceição, o objetivo da troca é melhorar a qualidade da energia que chega na casa dos ribeirinhos. “Já trocamos 15 quilômetros e obtivemos algumas respostas positivas, pois em alguns lugares onde a energia chegava com 90V hoje já conseguimos 100V.”

A energia elétrica do Julião, Agrovila e Nossa Senhora do Livramento chegou em 2009 durante a execução do 1º termo de compromisso do Luz para Todos no Amazonas. Mas em Nossa Senhora do Livramento a transmissão é irregular. Os moradores ficam no escuro por horas, e nessa comunidade a energia elétrica é fundamental para que a bomba do poço artesiano possa puxar água para beber, tomar banho e fazer a comida.

A água potável é um problema de quem reside na REDES do Tupé. Em Nossa Senhora do Livramento alguns ribeirinhos gastaram 2 mil reais para furar um poço artesiano no quintal de casa, e quem não tem condições de pagar por um reservatório particular enche os baldes na casa dos vizinhos. Na Colônia Central, os moradores têm um poço comunitário, mas como a energia elétrica

ainda não chegou, a água é puxada em um balde amarrado a uma corda. Nessa comunidade é comum captar água da chuva para lavar a louça. Eles costumam tomar banho e lavar roupas em um olho d'água que corta a comunidade. “Quando não chove, a água do poço seca. Fica ruim tirar água dele e quando a gente consegue vem com lama. Na época da seca, a gente desce para pegar água na beira do rio bem cedo e colocamos o cloro que a agente de saúde entrega”, explica Luzia Fonseca da Costa, moradora da Colônia Central há três anos.

Julião e Agrovila conseguiram resolver o problema da água em julho de 2014. Nessa data, foi inaugurado um poço artesiano de uso coletivo em cada uma das comunidades. O reservatório foi construído a partir de um termo de doação firmado entre o Consulado Geral do Japão e a Prefeitura de Manaus. A parceria levou água para o encanamento de 402 casas da região. A aposentada Cremilde Garcia Bittencourt gastou 700 reais em canos que vão do poço até a sua casa. Hoje, ela consegue tomar banho no chuveiro e dar descarga no vaso sanitário. Já a dona de casa Rosemary de Souza Moraes também comemora: “Melhorou bastante com a chegada da água, porque a gente lavava roupa no rio e agora já pode lavar em casa.”

Paixão por bola – Final de tarde, 17 horas, todas as comunidades da Redes do Tupé ganham a mesma aparência. Crianças uniformizadas carregam suas mochilas e esperam a vez de jogar. Mas são os times de fora. A vez agora é das meninas. Morenas com os cabelos lisos soltos no ar. Caboclas de cabelo cacheados chutam a bola em direção ao gol. De chinelos, descalças ou de tênis, driblam, passam a bola e fazem gol. Gritam, xingam, até que

o tempo acaba. Depois é a vez das crianças que saíram da escola e por último dos homens que deixaram o roçado, a construção ou a venda em que trabalham.

As comunidades parecem ter crescido em volta dos campos de futebol. De barro batido, traves de metal ou madeira, eles são a alma das comunidades. Em volta, os centros sociais, igrejas, escolas, posto de saúde e policial. A bola rola até o anoitecer, menos na comunidade Julião. Lá, o campo é iluminado por refletores e o futebol avança noite adentro. Felipe de Lima Nolasco, 18, acredita que o campo de futebol funciona como uma praça. “Aqui no Julião, nós não temos praças. Então o campo é a nossa praça. Tudo acontece em volta do campo.”

Na Colônia Central, a agente de saúde Luciene, também é a tesoureira da ACAR e organiza torneios de futebol. Os times são formados e a festa vem junto. Os jogadores se divertem, bebem, xingam, fazem gol e os moradores aproveitam para ganhar um dinheiro extra. Nesses eventos, 20% do lucro das barracas são repassados à associação dos moradores e os outros 80% são dos vendedores. A renda arrecadada com as inscrições vai para a conta da associação e é revertida em melhorias para a comunidade.

Em Nossa Senhora do Livramento, nos fins de semana, o futebol migra de lugar. Nas manhãs de domingo, o esporte acontece na frente do bar do Luciano. As traves são improvisadas com chinelos e a bola rola na areia branca da praia que se forma quando o rio seca. As crianças jogam de biquíni, sunga, camiseta e vestido. Aqui, o futebol é meio réptil: a pelota cai dentro do rio, o curumim pula, mergulha, pega a redonda e já volta com ela no pé. Às vezes faz gol, em outras só puxa a camiseta molhada e colada no

corpo do colega, e corre, corre, corre tanto que nem sente a areia quente queimar o pé descalço.

Mas a alegria dos ribeirinhos não vive apenas do futebol. Existem também as festas de aniversário da comunidade, da associação de moradores, do padroeiro, festa junina na escola. Na Colônia Central, tem até o Festival de Verão, em que jovens da comunidade desfilam para os jurados decidirem quem é a mais bonita. Em Nossa Senhora do Livramento, a balada acontece no Centro Social ou no bar do Luciano. À noite, as ruas da comunidade ficam escuras e, aos poucos, os moradores chegam com suas lanternas na mão ou na cabeça, ocupam as mesas, bebem cerveja até a música começar, os casais tomarem conta da pista de dança e rodopiarem ao som de forró e clássicos do brega. A balada não recebe apenas a população da comunidade, mas também ribeirinhos das redondezas que vêm de rabeta e as deixam estacionadas na beira do rio.

Ribeirinhos: histórias de vida dos moradores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé é um recorte do mosaico cultural que forma a REDES do Tupé: Francisca chegou em Nossa Senhora do Livramento com apenas cinco anos de idade. Eliana tem o sangue dos índios deni. Rosenilda é uma moradora recente e saiu de uma aldeia indígena. Geraldo migrou para o Amazonas à procura de terras para plantar. Felipe está em fase de decidir o que vai ser quando crescer. Isa Maria ganha a vida vendendo mercadorias rio acima. Francisco perdeu as contas do tempo que viaja pelo Amazonas. Clarice ensina adultos a escrever. E Luzia voltou a andar quando mudou de comunidade. Cada um deles construiu sua história nos rios, lagos e igarapés da região. *Ribeirinhos* foi buscar

esse enredo nas comunidades Nossa Senhora do Livramento, Julião e Colônia Central.

FRANCISCA A FAVOR DOS RIBEIRINHOS



Quando Naval Xavier de Carvalho, 84, chegou em 1973, à comunidade Nossa Senhora do Livramento, o lugar ainda era conhecido como Igarapé do Mari e não fazia parte de uma área de preservação ambiental. O nome foi dado em homenagem às árvores que cobriam a região: o marizeiro, cujo fruto é amarelo, oleoso, de cheiro forte, geralmente consumido pelos amazonenses com café preto e farinha de mandioca amarela. A alcunha de santo veio depois e foi resultado de uma promessa feita por Sandoval Menezes Filho, o Bibi, fundador da comunidade e amigo de Naval. Os dois levantaram uma escola de palha e madeira de paxiúba, mas quando faltavam três dias para a inauguração, Zeca Nascimento, dono daquelas terras, tocou fogo na construção e restou apenas o banheiro que fora levantado em alvenaria.

Sandoval, então, fez promessa para Nossa Senhora do Livramento: se Zeca Nascimento deixasse os ribeirinhos em paz, o povoado seria batizado com o nome da santa. A comunidade foi fundada em 5 de agosto de 1973 e, a partir dessa data, as poucas pessoas que viviam à margem esquerda do Rio Negro criaram a Associação dos Moradores e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais com o objetivo de assegurar os direitos de quem residia naquela região. “Fiquei um tempão sem saber do Zeca Nascimento, até que um dia chegou a notícia de que ele havia morrido, e até hoje não apareceu mais ninguém reclamando as terras”, diz Naval.

Nossa Senhora do Livramento fica a 15 minutos de barco da cidade de Manaus e a economia do lugar esteve sempre ligada à da zona urbana. Os moradores viviam da extração de madeira para produção de carvão, espeto de churrasco, andaime para construção e também do cultivo de mandioca para fazer farinha,

tucupi e tapioca. Os ribeirinhos saíam de madrugada, remando suas canoas para vender os produtos nas feiras de Manaus. Naval ainda demorou para começar a explorar os recursos naturais. Ao chegar na comunidade, ele trabalhava com transporte de cargas pelos rios da Amazônia: navegou no Peru, na Colômbia, no rio Purus, Jutaí, Japurá, Tonantins... até que um dia trocou o leme pelo facão e começou a trabalhar com a venda de carvão. Ele conseguiu sustentar os nove filhos com o comércio, entre eles, Francisca Cavalcanti de Carvalho, 43 anos, que presidiu a associação de moradores entre 2009 e 2013.

Francisca é descendente dos índios baré, nasceu em Santo Antônio do Iça, sudoeste do Amazonas. Chegou à Nossa Senhora do Livramento quando tinha sete anos. Assumiu a presidência da comunidade quatro anos depois dela se transformar em uma área da REDES do Tupé – a qual os ribeirinhos chamam de RDS – e teve que lidar com o fato dos moradores não aceitarem a presença da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Manaus (Semmas). “A gestão anterior à minha não havia avisado que seria instalada uma RDS e os moradores estavam acostumados com aquela vida de desmatar, de tirar carvão. Quando se criou a RDS, em 2005, os moradores ficaram muito assustados, porque não podiam mais tirar madeira, fazer carvão, não podiam mais construir nada.”

Durante a fase de transição, a Semmas ofereceu algumas palestras para os moradores com instruções sobre: como morar em uma RDS e o que fazer com os resíduos sólidos. Francisca encara a instalação da REDES do Tupé como algo positivo. “Se fosse como estava andando, extração de madeira ilegal, carvão e acabando

com a floresta, isso aqui ia de mal a pior, daqui a uns 20 anos não ia sobrar mais nada.” Em sua gestão, Nossa Senhora do Livramento ganhou três vezes o prêmio de comunidade mais limpa da reserva e só conseguiu o título com o auxílio dos moradores. Eles ajudavam nos mutirões de limpeza que aconteciam duas vezes ao mês. Ela conseguiu também ensinar os ribeirinhos a separar o lixo reciclável do orgânico. No entanto, foram perdendo o fôlego ao notar que a coleta da prefeitura não se importava com a separação, misturando todas as sacolas. “O povo veio e me disse que não adiantava separar o lixo se a prefeitura vinha e juntava tudo. Aí eles pararam e voltaram a misturar também.”

Embora os resíduos sólidos despertem a atenção de Francisca, é a falta de emprego o maior problema da comunidade. O trabalho dos moradores é varrer quintal, fazer artesanato. Existem oito homens que dirigem as lanchas da Acamdaf e há também os aposentados. Foi ela quem reuniu as pessoas que têm casa em Nossa Senhora do Livramento, residem em Manaus e aparecem somente nos finais de semana e perguntou se eles não queriam contratar uma moradora para manter seus terrenos sempre limpos. A proposta foi aceita e hoje algumas mulheres ganham entre 100 e 300 reais por mês para cuidar desses terrenos.

– Pensei muito nessa comunidade. Quando trabalhava como presidente, via o anseio social dos comunitários. Os problemas são muitos, a demanda é grande e não tem ninguém para trabalhar.

Além dos quatro anos à frente da Associação dos Moradores, Francisca trabalhou seis anos como voluntária, ajudando os ribeirinhos que moram na parte baixa da comunidade e tinham suas

casas alagadas quando o rio subia. Devido à experiência adquirida nesse período, ela resolveu fazer graduação em Serviço Social. A filha de Naval cursa o 3º semestre na modalidade a distância, na Universidade Uniasselvi. Todas as sextas-feiras, por volta das 16 horas, a ribeirinha pega a lancha em direção à marina, caminha por dez minutos até o ponto do primeiro ônibus, viaja até o terminal de integração e apanha o segundo. As aulas começam às 18h40 e terminam às 22 horas. Nesse horário, não existem mais lanchas para Nossa Senhora do Livramento. Francisca dorme na casa de uma amiga e, na manhã seguinte, às 8 horas, volta ao banco da sala de aula. O retorno para casa acontece somente às 13 horas do sábado. “Quando me formar pretendo trabalhar dentro da RDS. Vou escolher um polo e abranger meu serviço para as demais comunidades do Tupé, pois dentro da reserva não temos nenhum profissional do serviço social para trabalhar. Tem que vir pessoas de Manaus para cá, quando a prefeitura manda. E quando não manda o povo fica à mercê.” E pondera “A RDS precisa de um profissional que entenda da terra, que conheça os problemas que essa gente passa.”

A RECONSTRUÇÃO DE UM LAR



As chuvas do inverno amazônico de 2012 castigaram a cidade de Manaus. Os temporais começaram em dezembro e no dia 16 de maio o Rio Negro ultrapassou em um centímetro o recorde de 29,77 metros, marcado na régua do Porto de Manaus em 2009. O rio invadiu as ruas do centro, prejudicou o comércio e o tráfego de veículos. Mas, a 25 quilômetros dali, na comunidade Nossa Senhora do Livramento, Eliana Torres Deni, 37, encarava a subida das águas como uma diversão. Da janela de casa, pulava no rio e aproveitava para brincar com os filhos. Na algazarra, nem se dava conta de que, naquele ano, o Rio Negro registrava a maior cheia desde que a medição começou a ser feita, em 1902. A enchente assinalou quase 30 metros acima do marco zero da régua.

Os dias foram passando, as chuvas se tornaram cada vez mais fortes. Os temporais formavam pequenas ondas, conhecidas como “banzeiros”, que batiam na casa de Eliana. A residência era de alvenaria, mas não havia ferro em sua estrutura. O vai e vem dos banzeiros começou a cavar um buraco em volta da casa. Naquela tarde, a oscilação bateu com tanta força que a parede estremeceu. Eliana tomava café com a família e um casal de amigos na cozinha e, quando o marido Lindomar levantou para olhar o que estava acontecendo, o lado esquerdo já havia desabado.

– Eliana, corre e salva as crianças. Não dá mais tempo para nada.

Ela jogou o prato, pegou as crianças, o celular e saiu apressada. Do lado de fora, fez-se o caos: os filhos assustados gritavam. Eliana chorava, corria de um lado para o outro, e Lindomar, com a ajuda das visitas, tentava salvar os móveis e algumas roupas. Quando os homens terminaram de tirar as peças maiores, o lado

direito despencou, levou junto duas televisões e quatro sacos de cimento que o casal estava guardando para aumentar a casa. A chuva arrastou também as janelas de vidro que pagaram a prestação e as telhas compradas de segunda mão. Eliana, cansada e molhada da chuva, observou o rio levar sua moradia e pensou: “Como é feio ver uma casa desabar.”

Eliana nasceu na cidade de Tapauá (AM), próxima ao Rio Purus, berço dos índios deni - que ela carrega no sobrenome. A partir do momento em que a casa desabou e a família ficou ao relento, a indígena teria que assumir uma característica forte do seu povo: ser semi-nômade.

Os índios deni habitam a planície dos rios Purus e Juruá, no norte do estado do Amazonas. A região é cercada pela floresta densa e vegetação de grande porte e, portanto, tem alto potencial para a indústria madeireira. No entanto, foi a exploração do látex que atraiu migrantes. Os “soldados da borracha” trouxeram também as doenças, as disputas territoriais e a exploração da mão de obra indígena. Em 1940, existiam cerca de 40 mil deni na região e, em 2012, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) registrou apenas 1.394. Eliana é filha de Raceu Deni e Lecy da Silva Torres e em seu Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI) consta o nome Nanarudé. Na divisão de trabalho, os homens saem para a floresta para caçar e as mulheres permanecem na aldeia, para cuidar da casa e dos filhos. Nanarudé mostrou a força da mulher deni na construção da nova casa.

Eliana, Lindomar e os filhos moraram por um mês em um tapiri - construção aberta por todos os lados e coberta com palha, na casa da patroa da indígena. As paredes foram improvisadas

com lona azul e os móveis foram amontoados em um único canto. Depois, a outra patroa de Eliana doou cinco sacos de cimento, emprestou o cartão de crédito para comprar o material da obra e uma casa para a família morar até que a nova ficasse pronta. Os tijolos, ferros e pedras foram divididos em parcelas de 390 reais. A residência foi construída pelo próprio Lindomar, que faz trabalhos temporários como pedreiro, enquanto a esposa varre dois quintais na comunidade e recebe 100 reais por cada. “A gente comia ovo, comia salsicha pra poder juntar o dinheiro e todo 300 reais que a gente pegava, já guardava para pagar o cartão da minha patroa.”

Eliana carrega no sangue o espírito semi-nômade do povo deni. Ela chegou à comunidade Nossa Senhora do Livramento com os avós maternos quando tinha sete anos. O avô Adriano Lopes Torres era capanga de Zeca Nascimento, dono de algumas terras às margens do igarapé do Tarumã. Adriano era conhecido como um homem bravo e não permitia que Eliana participasse das aulas de educação física ou que permanecesse na sala enquanto ele conversava com adultos. As netas tinham obrigação de, nas quartas-feiras, arear as panelas, lustrá-las até que a avó pudesse se enxergar como em um espelho. Às quintas o quintal deveria estar limpo e, na sexta, a atenção se voltava para a praia que ficava na frente do casarão. Quando Eliana perguntava se podia brincar, a resposta era sempre negativa.

– Prima, por que tu vai para todo canto e eu não posso ir para lugar nenhum? Por que a tua mãe deixa?

– Porque ela deixa. Mas sabe o que tu faz? Engravidada. Engravidada que vão deixar tu ir para todo canto.

Eliana engravidou aos 14 anos e teve o filho na comunidade com a ajuda de uma parteira. Quando estava com 17 anos foi trabalhar como doméstica em Manaus, carregando uma barriga de oito meses de gestação. No total, Eliana teve 11 filhos: o mais velho casou e teve dois bebês, um mora em Tapauá, dois morreram, a adolescente vive em Nossa Senhora do Livramento com a avó, dois Eliana doou, quatro permanecem com ela, viram a casa ser levada pela chuva e têm entre 5 e 13 anos.

A casa nova fica no alto do terreno, de frente para o Rio Negro e com uma porção de areia branca na frente, que na época da seca forma uma espécie de praia. Os tijolos ainda estão à mostra, as janelas da frente da casa são verdes com vidraças e Eliana mostra com orgulho a porta branca de madeira, que pagou para trazerem da zona leste de Manaus. Lindomar levantou a nova moradia com um quarto, uma suíte e uma cozinha grande equipada com fogão, geladeira, bebedouro e máquina de lavar. A família não tem poço artesianos e tampouco água encanada. A água vem da casa em que Eliana trabalha, distante cerca de 400 metros, por meio de uma mangueira, e é armazenada em vários baldes de 200 litros. O banheiro não tem chuveiro, a família toma banho tirando porções de água com uma caneca de um desses baldes e, embora a casa tenha vaso sanitário, a caixa acoplada precisa ser enchida manualmente.

O encanamento não foi feito porque a cozinha não está onde Eliana gostaria. Ela sonha em aumentar a casa, construir um quarto para o filho mais velho e, no futuro, quem sabe, até uma piscina para as crianças tomarem banho quando voltarem da escola. Faz dois anos que eles começaram a estudar e, desde janeiro,

Eliana recebe 370 reais do Bolsa Família pelas quatro crianças. O dinheiro é utilizado para comprar material escolar, roupas e frutas. “Eles gostam muito de fruta: maçã, laranja e banana. E iogurte, que não pode faltar.”

DINAKA ENTRE RESERVAS



Rosenilda Cassiano da Silva, 31, viajou dois dias e meio em um barco de recreio da cidade de Tapauá, no sul do Amazonas, até o Porto Municipal de Manaus. O destino não era a capital, mas a comunidade Nossa Senhora do Livramento. Faz quase cinco anos que ela, o marido e os três filhos saíram da aldeia Terra Nova, na Terra Indígena (TI) Paumari do Lago Paricá. Banhada pelo Rio Purus, a TI tem 15.792 hectares. Em 2010, havia 159 habitantes nas três aldeias que a região abriga: Abaquadi, Terra Nova e Bacia. Rosenilda pertence à etnia paumari – ou paomari, como os índios se denominam, e seu nome na família linguística arawá é Dinaka.

Em setembro de 2014, os paumaris que vivem nas TIs Paumari do Lago Munissuã, Paricá e Cuniã – que juntas formam a reserva indígena do Rio Tapauá –, reestruturaram seu Plano de Gestão Territorial, escrito entre os anos de 2009 e 2011. Para o documento, os índios desenharam e pintaram etnomapas que localizam a melhor área dentro da reserva para pesca, caça e para fazer roçado. Além disso, as três tribos criaram um calendário que aponta qual animal é mais fácil de caçar em determinado mês, como funciona o cronograma da pesca, coleta de frutas e o crescimento das mudas nos roçados. Na comunidade Terra Nova, por exemplo, junho é um mês bom para comer caju, agosto para pescar tucunaré e dezembro para se alimentar de tatu e também tirar argila para produzir artesanato. Se as aldeias seguirem à risca o andamento do ciclo da vida na floresta é possível comer bem o ano inteiro.

A fartura da alimentação na aldeia fez com que Dinaka relutasse em migrar para a comunidade. O casal se mudou para a REDES do Tupé porque o marido, que não é indígena, tinha família na região. “Eu não queria vir para Livramento. Lá em Terra Nova tem



1. Unidade de apoio ao Posto de Saúde Rural



2. Casa de um ribeirinho às margens do igarapé Julião



3. Escola Municipal Canaã II, atende os alunos do ensino fundamental e EJA

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO



4. Associação dos Moradores de Nossa Senhora do Livramento



5. Posto de Saúde Rural (PSR), atende as comunidades da REDES do Tupé, com exceção de São João do Tupé e Tatulândia



6. Bar do Luciano, onde acontece algumas festas da comunidade

7. Posto de policiamento comunitário



8. Casa de farinha que funcionará como centro cultural



9. Oca em fase de construção. O lugar será utilizado para expor o artesanato indígena



COLÔNIA CENTRAL



10. Casa de um ribeirinho da comunidade



11. Unidade de apoio ao Posto de Saúde Rural



12. Bicicletas estacionadas na trilha enquanto os estudantes voltam da escola

muita comida. Nós comemos banana, macaxeira, cará, aqueles abacaxis que chamam de ananá, que pesam mais de cinco quilos e dá para dez pessoas comerem e ainda sobra. Aqui não, tem que comprar tudo.”

Dinaka, o marido e os filhos moraram de aluguel durante três anos e há 15 meses conseguiram comprar um terreno no morro da comunidade. Lá em cima, a vista é do Rio Negro e da vegetação alagada no meio das águas escuras. Mas quem mora na parte mais alta enfrenta problemas com a falta d'água, já que o poço comunitário que foi construído ali entupiu. Quando conseguiram adquirir o pedaço de terra, a tia do marido emprestou um quarto para que morassem enquanto levantavam a casa. “Um quartinho que só dá pra atar duas redes e o beliche. A uma hora dessas [13 horas] não tem quem agente. Quente, quente, quente que só Jesus mesmo para nos fazer aguentar”.

A futura moradia está em fase de construção. As paredes foram erguidas e agora eles pretendem colocar o piso, cobrir com as telhas e mudar logo em seguida. O dinheiro da compra do terreno e também dos materiais de construção foi conseguido com dificuldade pelo marido, que trabalha como caseiro, e por Dinaka, que é responsável pela limpeza de um sítio na comunidade. Renda fixa, só mesmo o valor recebido pelo Bolsa Família. A dona de casa recebe 266 reais para ajudar a manter as três crianças na escola. “No dinheiro dos meninos eu não mexo. Uso para comprar caderno, roupa e calçado. O material de construção meu marido compra com o pouco que ele ganha.”

Dinaka também é artesã. Faz pulseiras, colares de sementes, anéis de coco e outras peças que aprendeu a confeccionar com os

mais velhos na aldeia. Ela, porém, não consegue produzir no pequeno quarto onde mora atualmente. “Lá em Terra Nova eu fazia muitas peças e vendia bastante. Aqui eu não tenho vontade. Não nesse quarto apertado e quente.” No Lago Paricá, a família trabalha com roça e pesca. Fazem farinha e, como lá é mais barato, precisam produzir bastante para poder juntar algum dinheiro.

– Em Terra Nova, a farinha não tem valor. Tudo o que aqui não tem ou é muito caro, lá é baratinho, vendido a preço de banana.

Nas aldeias, os homens caçam, pescam e vão para a roça. O peixe só pode ser fígado com plano de manejo e por meio de flecha, anzol ou arpão. É proibido pescar com malhadeira. Os pirarucus, jaraquis e tucunarés só podem ser capturados pelos moradores para serem negociados com os barqueiros. As mulheres ajudam em casa: assam a farinha no fogão de barro, fazem carvão e artesanato. A lata do carvão é vendida a 1 real; R\$ 1,20 quando está mais caro. “Quem costumava comprar bastante carvão era um regatão [barco de comércio] chamado Deuzimar. Ele comprava nossos produtos e também vendia açúcar, café, leite, roupa, perfumes... Tudo o que você precisa tem que levar pra lá. Tudo é muito caro.”

Dinaka comprava arroz, açúcar, café e bolacha. Em Terra Nova ninguém come pão. O frasco de perfume que é vendido a 10 reais em Manaus, na aldeia é vendido a 60 reais. “Eu gosto muito de batom, perfume e, lá precisava de muito dinheiro para comprar essas coisas.” Em Nossa Senhora do Livramento, as reclamações da paumari são outras: ela não gosta de pão, prefere tomar café com tapioca e pururu, que é uma massa escaldada, feita com farinha de tapioca e castanha. “Aqui eles não sabem fazer isso”, diz.

– A senhora tem vontade de voltar para a aldeia?

– Eu gosto de ir lá passear. Mas eu vim morar em Livramento para meus meninos estudarem, lá não tem escola.

Quando a família morava em Terra Nova, as crianças não estudavam. Nas TIs ainda não existem escolas físicas. Os garotos são ensinados nas próprias casas. Na reestruturação do Plano de Gestão Territorial, os indígenas pedem a construção de cinco unidades, uma em cada aldeia. Os filhos de Dinaka têm entre oito e 12 anos e começaram a estudar em 2011. “Aqui eu só acho bom por isso. Eu já pensei em ir embora de novo. Mas penso no futuro dos meus filhos, porque eu não tive essa oportunidade de estudar e quero que eles entrem na universidade.”

– E a saúde, a senhora não acha aqui melhor?

– Para falar a verdade, eu não me consulto aí. Levo meus filhos como último recurso. A maioria dos meus remédios são caseiros. Meus filhos não tomam xarope. É difícil tomar calmante, dipirona, paracetamol...

Dinaka apenas cumpre a tradição de seus ancestrais. No quesito saúde, o Plano de Gestão Territorial – indica que os paumaris e também os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) devem preservar a medicina tradicional, usando primeiro o remédio natural e, caso os produtos naturais não resolvam, procurar então a ajuda de um médico. Recentemente, um dos filhos de Dinaka foi diagnosticado com anemia forte. O médico receitou os remédios e ela até pegou no posto de saúde, mas não chegou a dar para o garoto. “O tratamento dele foi de quatro meses. Mas vou falar a verdade, eu não dei uma gota do remédio que recebi do posto. Eu fiz remédio caseiro: raiz de açai, cipotuira, crajiru. Bati beterraba no liquidi-

ficador, fígado de frango e dei também o caroço de abacate. Foi esse remédio que eu dei para ele.”

– E ele ficou bom?

– Ficou, graças a Deus. Mas ainda vou fazer outro exame para confirmar.

O COLECCIONADOR DE TERRAS



– As pessoas me conhecem como Geraldo, mas nos meus documentos está Gerardo, com um “erre” no meio.

– Quantas vezes o senhor contou essa história, Sr. Geraldo?

– Uma porção de vezes que nem lembro.

O erro de digitação aconteceu na cidade de Itapipoca, no Ceará, distante cerca de 120 quilômetros de Fortaleza. O município é conhecido como “cidade dos três climas”, pois existem em seu território praia, serra e sertão. E foi justamente a seca do sertão nordestino que fez com que Geraldo Francisco Freire e a família migrassem para o Amazonas quando tinha 23 anos. Eles trabalhavam na terra dos patrões: plantavam mandioca, faziam farinha e vendiam muita banana. A mudança aconteceu em 1957, mesmo ano de criação da Zona Franca de Manaus que, além de garantir o desenvolvimento econômico aumentou a população da região. Em 1950, a capital amazonense tinha aproximadamente 140 mil habitantes; em 1960, esse número subiu para 174 mil e chegou a 312 mil em 1970.

Antes dos Freire instalarem-se em Manaus, o Amazonas já havia passado por três ciclos migratórios: os primeiros nordestinos chegaram para trabalhar extraindo látex, entre os anos de 1877 e 1879. A segunda corrente migratória aconteceu durante a 2ª Guerra Mundial, pois o Brasil firmou um acordo com a Rubber Reserve Company, dos Estados Unidos, de vender para a empresa toda borracha excedente. O objetivo era elevar a produção de 45 mil toneladas em 1942 para 100 mil em 1944, e para isso seria necessário mais mão de obra. Depois, durante o governo militar, entre os anos de 1960 e 1970, houve uma campanha política para ocupação da Amazônia, cujo lema era “levar os homens sem ter-

ras para as terras sem homens”, e que garantia 100 quilômetros de cada lado da estrada para o assentamento prioritário de nordestinos.

Quando a família Freire chegou ao Amazonas, foi morar em uma rua chamada Ouro. O logradouro não era amarelo e tampouco reluzia. Mas tinha imenso valor para o casal que, ali adquiriu um sítio para plantar e sustentar os nove filhos.

– Aqui é melhor que Itapipoca. Lá, a gente trabalhava na terra dos outros. Aqui não, a gente arrumou terreno.

Os filhos do casal Freire casaram, compraram lotes para construir suas casas e se firmaram no Amazonas. Hoje, aos 80 anos, Geraldo é viúvo, aposentado e vive sozinho em uma casa azul de madeira, ao lado do posto de saúde da comunidade Julião. O quintal está sempre limpo e conta com alguns pés de bananeira. O portão protege uma residência onde a janela e a porta da frente estão sempre fechadas, mas é possível passar tranquilamente através da cerca, que foi construída com toras de madeira roliça, fincadas no solo e cruzada com ripas. Embora tenha arame farpado, não é preciso muito esforço para passar de um lado para o outro, devido aos vazios deixados entre as ripas e o arame. Na casa de Geraldo, a varanda não fica na frente como nas demais moradias da comunidade. Fica atrás, e nela é possível observar as latas de tinta recém utilizadas para a pintura do imóvel. Faz apenas três meses que ele mudou para o Julião.

Como o cearense gosta de afirmar, “Vivo andando pra ali, pra acolá”. Em Manaus, ele casou e teve nove filhos. Depois de deixar todos criados, casados e com casa própria, comprou um sítio no Igarapé do Caniço, na zona rural de Manaus. Nessa comunidade,

existem apenas seis residências e aproximadamente 18 moradores. Uma das casas mede 12x8 metros e pertence ao Geraldo. Ele viveu entre Manaus e o Caniço até a esposa falecer, em 2010.

– No tempo que a velhinha morreu eu não quis mais ficar no Caniço. Lá o sítio é bonito, eu tomo muito açaí. Mas é muito deserto.

Quando a Comunidade Julião foi incluída nas andanças de Geraldo, ele comprou três terrenos de uma vez. Todos na vila. Pagou 2.200 reais por cada. Pediu para limpar a trinca de terra e deixou apenas as bananeiras e algumas flores. Em uma delas, construiu a casa onde vive a maior parte do tempo. Os demais continuam capinados e prontos para receber uma plantação ou moradia.

– O que o senhor fez com os outros terrenos?

– Estão aqui. Eu já fiz essa casa e vou fazer outras naqueles.

– Mas o senhor vai fazer para alugar?

– Não, só fazer mesmo.

– O senhor não pensa em alugar para ter mais dinheiro?

– Não. Aqui, quase não alugam casa.

Há três meses a logística da vida de Geraldo funciona mais ou menos assim: fica de dois a quatro dias na casa azul do Julião, enjoa, vai para o sítio e às vezes visita os filhos em Manaus. A ida à cidade só é certa quando acaba a carne vermelha da geladeira, pois embora more na Amazônia há 57 anos, não gosta de peixe – único alimento adquirido com facilidade na comunidade. Para comprar comida, ele desce a rua em direção à beira do rio, pega uma lancha da Acamadaf até a zona urbana, compra a carne, volta e abastece a geladeira no Julião. Quando os alimentos seguem para a casa do Igarapé do Caniço a logística é um pouco mais com-

plicada: o barco deixa Geraldo na margem do rio e de lá é necessário andar três quilômetros até chegar ao sítio. Outro problema fica por conta da conservação dos perecíveis, pois lá ainda não tem energia elétrica.

– E quando o senhor está no Caniço e fica com vontade de comer carne?

– Volto no Julião e pego na geladeira. É perto.

O perto a que Geraldo se refere é andar de volta os três quilômetros e esperar pelo barco da Acamdaf que pode demorar até 4 horas para chegar. O preço da passagem da lancha varia de acordo com a distância: de Manaus para o porto principal custa 10 reais, mas quem quiser visitar o morador mais antigo da comunidade paga mais caro. O percurso até a casa do Sr. Álvaro custa 12 reais e o Igarapé que passa em frente à sua casa é batizado com o seu apelido: Baru. Para ir do Julião até o Caniço o valor fixado é 5 reais. Mas não existem barcos saindo da marina do Davi, em Manaus, de hora em hora ou com alguma frequência. Nessas comunidades mais afastadas a Acamdaf só chega quando algum passageiro vai descer. Horário fixo mesmo só o das seis da manhã e o das 17 horas. Se alguém precisar sair de lá na hora do almoço, vai ficar plantado no flutuante.

O percurso a pé costumava ser feito de carro. No entanto, a Semmas pediu para que os moradores tirassem os automóveis da área de preservação. O objetivo é evitar a compactação do solo e a poluição do ar e, para isso, ofereceu o transporte do carro da REDES do Tupé até a zona urbana de Manaus. Geraldo não pretende vender o carro e, caso seja necessário mesmo retirá-lo da comunidade, vai deixá-lo com os filhos, na cidade.

- O senhor não cansa de ficar para lá e para cá, Sr. Geraldo?
- Canso não, eu gosto é de olhar o movimento.

FELIPE QUER ENTRAR NA UNIVERSIDADE



Escola Municipal
Casa II
Festa
Folclórica



Secretário da Escola Municipal Canaã II e monitor do Programa Mais Educação, Felipe de Lima Nolasco nasceu em Manaus em 1996. Mudou-se para a comunidade Julião com a família quando tinha sete anos. Aos nove, foi picado pelo mosquito *Anopheles*, causador da malária. A doença diminuiu a quantidade de glóbulos vermelhos presente no sangue do garoto, deixou-o fraco e o retorno para Manaus tornou-se inevitável. O médico que cuidou dele deu o decreto: “Se você pegar malária mais uma vez, você não vai aguentar, vai morrer.” Assustada, a mãe do garoto permaneceu com ele na capital por quase um ano. Não aguentaram. A família voltou para a comunidade e há oito anos residem na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé

– Antes eu não gostava de Manaus e quando ia pra lá ficava passando mal, porque lá é muito agitado. Nós, que estamos acostumados com o clima tranquilo daqui, estranhamos.

– E agora, você já gosta de ir para Manaus?

– Sim. Aqui, não temos sinal de celular e internet. Nós, jovens, gostamos de acessar a internet no nosso *smartphone* para usar o Facebook.

– Então, quando você vai até a cidade passa o dia inteiro conectado nas redes sociais?

– Já usei mais. Hoje, olho de vez em quando. Passo o dia inteiro conectado à internet, pois posso baixar músicas e vídeos para utilizar nas minhas aulas.

Felipe é secretário há três anos. Estudou o ensino fundamental inteiro na comunidade Julião. Era o tipo de aluno que sempre se oferecia para começar uma atividade e também era o primeiro a terminar os exercícios propostos em sala de aula. A recompensa

pelo desempenho estudantil veio com o convite da diretora para ajudar com o serviço administrativo da escola. “Desde criança eu queria ser professor. Hoje, trabalho como secretário na escola. Já passei por três diretoras aqui dentro. A oportunidade no Programa Mais Educação veio depois.”

O projeto é uma iniciativa do Ministério da Educação para incentivar a ampliação da jornada escolar e a criação de cursos extracurriculares. As crianças estudam regularmente em um turno, almoçam e permanecem na escola para aulas de educação ambiental, prática de esportes, lazer e atividades culturais. O recurso para a alimentação e pagamento do benefício para os monitores é repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Na Escola Municipal Canaã II as oficinas oferecidas são de canto, teatro e educação ambiental. Felipe é monitor das aulas de técnica vocal. Ele ganha uma bolsa de 360 reais e boa parte desse dinheiro é destinado para as aulas de canto que faz aos sábados, na zona sul de Manaus.

Felipe sobe na rabeta às seis da manhã e chega à marina por volta das 6h40. O caminho até a escola de música é de aproximadamente 50 quilômetros: só de ônibus, ele gasta R\$ 5,50 para ir e R\$ 5,50 para voltar. A aula começa às 8 horas, mas o estudante sempre chega com 20 minutos de atraso. Além dos 11 reais de ônibus, ele paga a mensalidade de 50 reais e ainda tem o gasto com o lanche, já que o curso termina ao meio dia e o caminho de volta leva mais de 2 horas. “O custo é muito alto. Mas, eu quero continuar. O curso tem duração de três anos e ganha um certificado autenticado.”

As idas e vindas pelos igarapés do Tarumã fazem parte da ro-

tina do jovem. Felipe está no último ano do ensino médio, porém a escola do Julião só oferece até o ensino fundamental. Ele estuda na comunidade Nossa Senhora de Fátima, que está fora da REDES do Tupé e fica a cerca de 40 minutos de barco. As aulas são ministradas no estúdio do Centro de Mídias da Educação do Amazonas (Cemeam), na zona sul de Manaus, e transmitidas em tempo real para as comunidades ribeirinhas por meio do sistema de IPTV (Internet por Televisão). Na sala de aula, Felipe acompanha o conteúdo das disciplinas pelo aparelho de TV. Embora o curso seja transmitido pelo Cemeam, um professor atua como mediador e coordena as aulas na escola da zona rural.

O transporte de Felipe e dos outros cinco estudantes do Julião é feito por uma lancha alugada pela Secretaria de Educação do Amazonas (SEDUC). O condutor apanha os jovens por volta das 18 horas e traz de volta às 22h30. “Eu chego às 7 horas na escola e vou embora às 16 horas, quando chego em casa só dá tempo mesmo de comer alguma coisa e correr para a aula.” Como se não bastasse a correria do trabalho para escola e o curso de canto no final de semana, Felipe ainda precisa decidir para que curso vai prestar vestibular. A dúvida está entre Design Gráfico e Engenharia da Computação.

– Andei pesquisando num livro chamado *Guia das Profissões*. Fui direto para a parte da Computação, mas também encontrei a Engenharia da Computação. Eu imagino que engenharia seja mais abrangente. Eu olhei o que se estuda em Design também.

Felipe prestou o Exame Nacional do Ensino Médio e ainda não escolheu a universidade em que pretende estudar. No entanto, faz planos de encontrar um estágio ou um emprego no horário

comercial para que possa se sustentar na cidade. As aulas precisam ser à noite. “Já tenho uma ideia de como vai ser na faculdade, mas estou acostumado com a correria do trabalho e do estudo. Sei que no começo vai ser mais difícil, mas vou ter que aprender a lidar.”

– E no meio de tantas atividades, como você consegue tempo para se divertir na comunidade?

– Gosto de brincar com as crianças na rua. Tem o futebol no campo. Aqui não tem uma praça, então o campo funciona como se fosse uma. Agora tem luz em volta e podemos brincar até mais tarde.

É no campo que acontecem as principais festas do Julião: da associação dos moradores, de aniversário da comunidade e a festa junina da Escola Municipal Canaã II. “Nas comunidades aqui perto sempre tem festas mais dançantes, mas devido a nossa dificuldade de locomoção nem vamos muito”, explica. Felipe gosta de ir ao cinema. As telonas ficam em Manaus e para chegar até elas é necessário gastar 20 reais com as lanchas, mais 11 reais com ônibus, as entradas para assistir ao filme, pipoca e refrigerante. “É muito caro ir ao cinema. Tenho uns amigos jovens como eu, que para conseguir dinheiro para sair, precisam ajudar alguém a construir uma casa.” Segundo Felipe, o único problema de ser jovem em uma comunidade na zona rural é que não existe trabalho. “Nós somos amigos, somos estudantes. Mas aqui não tem como o jovem conseguir um emprego.” E enfatiza: “Aqui temos o privilégio de estar longe da violência e das drogas. Tem muito jovem que vai para a cidade e acaba se perdendo. Aqui não tem isso, aqui estamos protegidos.”

A PRESTANISTA



Isa Maria dos Santos Lopes, 50, é uma daquelas mães superprotetoras, e foi esse o motivo que a fez mudar da zona leste de Manaus para a comunidade Julião há quatro anos. Ela tem seis filhos. A preocupação só começou quando os quatro mais velhos tornaram-se adultos e os menores continuaram na escola. Na época, o caçula tinha cinco anos, o adolescente, 12, e a dona de casa começou a ouvir histórias a respeito de sequestros de crianças na porta da escola do filho mais novo. “Já tinham desaparecido três alunos onde meu filho estudava. Diziam que pegavam os meninos para tirar os órgãos e depois encontravam a criança sem nada.” Ela e o marido passaram a pegar táxi todos os dias para buscar o garoto na escola.

Isa Maria mudou da zona urbana para a zona rural para garantir a segurança do caçula. A antiga residência no bairro Tancredo Neves ficou sob responsabilidade dos filhos mais velhos. Em 2011, A Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA) recebeu 106 denúncias de desaparecimento de menores em Manaus. No ano seguinte, o número triplicou (365) e a quantidade de ocorrências chegou a 556 em 2013. Para ela, tirar os filhos das escolas na zona leste e matriculá-los no Julião foi um alívio. Como não existe ensino médio na comunidade, o filho adolescente voltou para a antiga casa e mora com os quatro irmãos. O pequeno continua a frequentar a Escola Municipal Canaã II. Hoje, aos 9 anos, ele vai e volta sozinho a pé. Desce apenas a Rua 1 e leva cerca de 10 minutos até sentar na carteira da sala de aula.

Quando aportou no Julião, a família morou de aluguel até conseguir comprar a casa própria. Pagou 5 mil reais na residência de madeira, localizada em frente ao lugar mais movimentado da

comunidade: o campo de futebol. Em seguida, abriu o segundo comércio da vila, onde vende ovos, salsicha, frango, arroz, papel higiênico, cerveja, refrigerante e algumas frutas e verduras que colhe do próprio quintal, entre elas, cebolinha, limão, banana e cupuaçu. O marido é pedreiro e, quando não está construindo casas, os dois pegam a rabeta e sobem e descem o rio comercializando diferentes produtos como prestanistas.

Prestanistas são vendedores que têm disposição de andar quilômetros oferecendo de porta em porta mercadorias como panelas de pressão, cortinas, redes e cadeiras de balanço. A compra é dividida em várias parcelas, e eles transportam os produtos em um carrinho pelas ruas da cidade. Naquela sexta-feira, os comerciantes buscavam novos clientes pelas vielas de barro batido na zona rural. No final da tarde, já cansados de ofertar as bugigangas na comunidade do Julião, bateram na casa de Isa Maria, pediram um copo d'água e perguntaram se ela não podia guardar a mercadoria deles para que não precisassem carregar tudo de novo no dia seguinte. Ela armazenou os produtos no quintal e esperou os ambulantes aparecer para pegar o carro de volta

Uma semana depois, o patrão dos comerciantes apareceu na comunidade. Contou que um de seus vendedores fora esfaqueado em Manaus e convidou Isa Maria para tocar o trabalho como prestanista no Julião. No primeiro mês, ela vendeu 13 cômodas com três gavetas, fabricadas com napa e compensado. Cada comprador ganhou um cartão com nome, endereço, número de telefone, valor total da compra e a discriminação das quatro parcelas de R\$ 62,50, que deveriam ser quitadas nos próximos meses. No dia combinado, a nova prestanista passava de casa em casa, co-

brava o dinheiro e escrevia “pg” ao lado do valor liquidado. “No começo, todo mundo dizia que ia dar prejuízo, que as pessoas não pagavam. Mas os moradores pagam direitinho.”

Além da comunidade Julião, ela também comercializa seus produtos em Nossa Senhora do Livramento e Agrovila. Antes dela passar oferecendo os produtos de casa em casa, os moradores precisavam ir até a cidade para comprar roupas de cama, toalhas ou panelas. Agora, adquirem os produtos em sua porta e com a facilidade de parcelar a compra sem precisar de cartão de crédito, cheque ou fiador. Faz nove meses que ela entrou para o ramo. Começou com o ganho de 10% de tudo que era vendido. Há dois meses, é dona do próprio negócio: adquiriu 35 mil reais em mercadorias do antigo patrão, que lhe deu um desconto de 40% e ainda parcelou o valor em três vezes. Agora, todo o valor faturado com as vendas pertence ao casal.

As compras são feitas no centro comercial de Manaus. Eles alternam o abastecimento da mercearia com a reposição dos produtos que vendem como prestanistas. É o marido de Isa Maria quem dirige o pequeno barco com motor de 15 hp e vai até a marina. Na cidade, o deslocamento terrestre fica por conta de um dos filhos. O carro é grande, uma S-10, e consegue transportar as panelas, bacias, cômodas, lençóis, cortinas e também as bebidas, frutas, verduras, perecíveis e não perecíveis que o casal comercializa para viver.

– Já fizemos três compras para nós e foi com o dinheiro das prestações que conseguimos comprar um novo terreno. Eu queria ter um pedaço de terra maior para poder plantar.

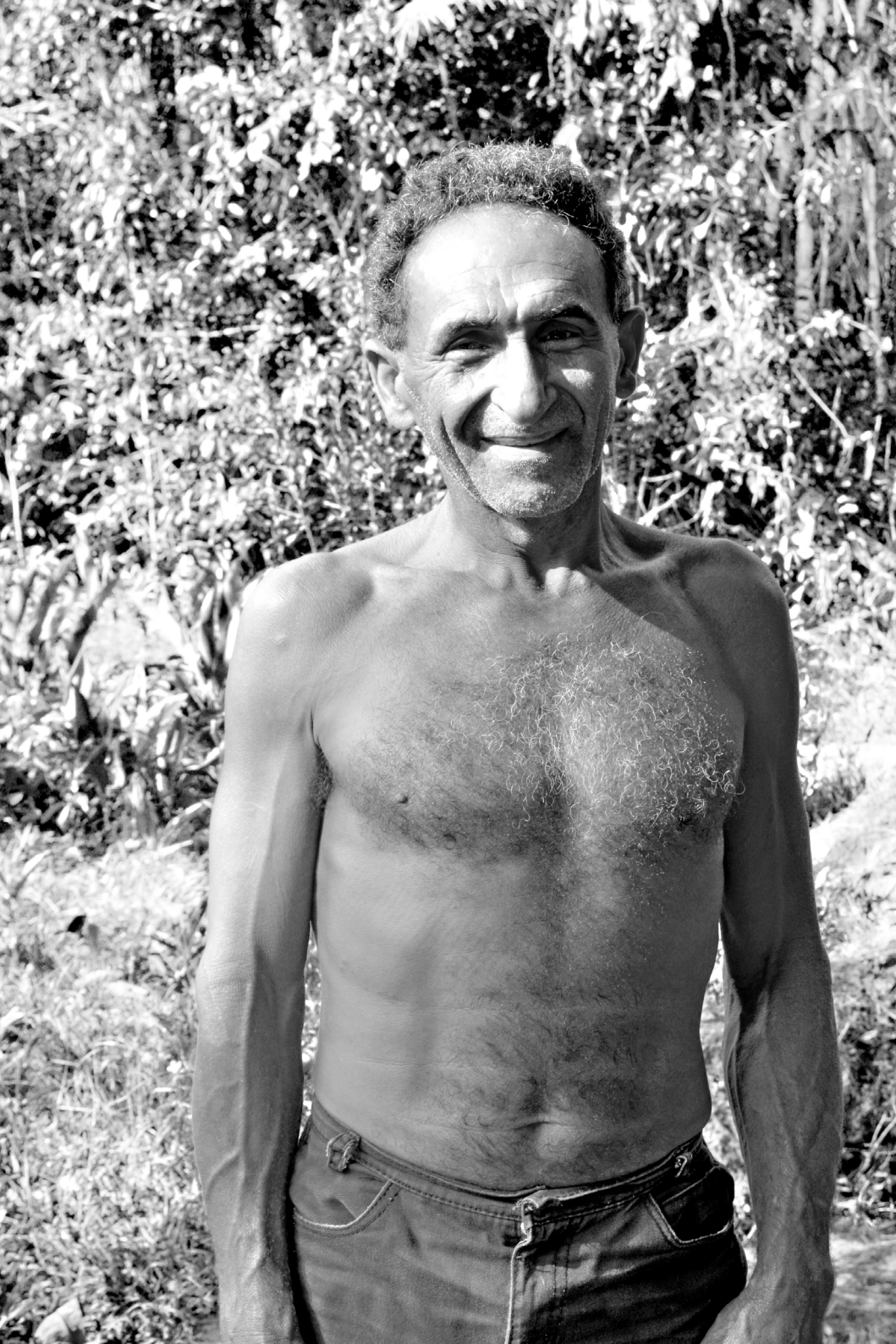
Isa Maria adora cultivar hortaliças, flores e frutas desde crian-

ça. Morena, baixinha, de olhos pequenos, sotaque chiado e com os dígrafos “nh” e “lh” reforçados, nasceu em Juruti (PA), na divisa do Pará com o Amazonas. O pai dela tinha uma casa na cidade, mas aos finais de semana a família viajava para o sítio para que pudessem cuidar do roçado. Quando chegou à Manaus, aos 11 anos, o terreno era pequeno e aos poucos deixou de se dedicar as plantas. Morar na comunidade Julião, além de diminuir a preocupação com o filho mais novo, também fez com que a paraense se reaproximasse de sua atividade favorita.

O terreno novo fica logo abaixo da casa onde a família mora e vai até a beira do igarapé Tarumã-Mirim. Eles pagaram 8 mil reais na propriedade de 95x125 metros. O casal gastou ainda 500 reais com a limpeza da área. O solo está pronto para receber as mudas de banana, cebola, pimenta e maxixe. Todos os produtos serão vendidos na pequena mercearia. Ainda tem os pés de pupunha, tucumã, abacate, buriti e cupuaçu que já estavam no terreno e os dois resolveram preservar. A paraense também pretende aproveitar a seca para cavar o final do terreno, pois quando o rio enche, alaga parte do solo e, com as terras mais fundas, a família pode aproveitar para nadar na beira do rio.

– Quando meu marido comprou a área lá de baixo, ele chegou em casa e disse: “Esse aqui é teu presente. Esse aqui é o teu sonho.”

O AGRICULTOR SOLITÁRIO



Francisco Rodrigues da Costa está há tanto tempo morando em um sítio na comunidade Colônia Central que até perdeu a noção do tempo. Nas suas contas, saiu de Tapauá, no sul do Amazonas, com nove anos. Chegou em Manaus “rapazinho” e, quando o pai faleceu, mudou para Coari. Lá, morou por três anos, voltou, trabalhou na capital por mais dois anos e depois ficou três anos cultivando roça no lago do Janauacá, a 110 quilômetros de Manaus. Retornou mais uma vez e apenas trocou de bairro: na Colônia Oliveira Machado ficou 20 anos e no Jorge Teixeira permaneceu por 30, quando finalmente migrou para a zona rural, onde continua há 25 anos. Somando todas as andanças, o tapauense teria 92 anos. Mas a verdade é que ele tem apenas 54.

– O senhor tem certeza que mora aqui há 25 anos?

– Tenho. Quando cheguei aqui só tinha mato, não tinha gente. Não morava ninguém aí para cima. Tinha apenas o barracão e a igreja católica. Agora já tem uma vila.

Ele é agricultor e descobriu a comunidade na época em que morava no Jorge Teixeira, zona leste de Manaus. Na frente de sua casa, morava um vizinho chamado Jorge, que tinha acabado de ganhar um terreno na Colônia Central. “O Jorge sabia que eu plantava e não tinha terras. Então, me convidou para morar aqui, e hoje a gente mora do mesmo jeito que morávamos em Manaus: um de frente para o outro.” O vizinho passa mais tempo em Manaus com a mulher e os filhos. Francisco é solteiro e continua na pequena casa de madeira, suspensa por 11 pernamancas, com varanda, bicicleta estacionada embaixo e de frente para o igarapé que corta a comunidade. Quem desce da vila para lavar roupa, louça ou tomar banho passa pela residência dele. Algumas ve-

zes, ele desce, senta no banco próximo ao olho d'água e se põe a conversar. Outras, apenas observa o movimento da varanda. Isso quando não está torrando farinha em seu forno de barro, que fica ao lado de sua palafita.

O terreno mede 250 metros de frente por 500 de fundo. Nele, tem árvores de açaí, abacate, pupunha, banana e cupuaçu. Todas as frutas, ele colhe e coloca para vender. O açaí, por exemplo, é comercializado a R\$ 1,50 o litro. Mas é da farinha de mandioca que Francisco tira a maior parte de seus ganhos. O agricultor cuida de todo o ciclo produtivo: planta, colhe, descasca, coloca de molho, tritura no motor de ceva, mistura com a puba, passa pela prensa, seca, peneira e depois põe para assar no forno, ou como ele diz: “tem que escaldar ela no forno e mexer bem para secar a farinha, para que ela fique bem amarelinha”. O litro é vendido a 4 reais – na zona rural, como os moradores não têm balança, chamam de litro o saco plástico com a farinha dentro, que em alguns casos, chega a pesar mais de um quilo.

Depois de pronta a farinha, ele a coloca nas costas, pega a bicicleta e pedala pelas ruas da Colônia Central e do Julião, que tem ligação por meio de uma trilha. Outras vezes, toma emprestado o barco de um amigo e comercializa seu produto pelas casas às margens do Rio Negro. “Eu vendo, pego o dinheiro, vou ao supermercado, compro o rancho e ainda sobra dinheiro.” Francisco trabalha todos os dias até o final da tarde, depois toma banho, faz o jantar e dorme. O que determina quantas vezes ele sai para negociar a farinha é a quantidade de comida que tem em casa. “Fico até duas semanas sem ir, mas quando o rancho está acabando, volto a vender. Não tenho muita despesa. Sou sozinho.”

A comida é comprada em Manaus ou na comunidade Nossa Senhora de Fátima, distante cerca de uma hora da Colônia Central. Ele tem dificuldade para cozinhar, já que mora sozinho e não tem como armazenar a comida que sobra, pois a energia elétrica ainda não chegou à região. As carnes são conservadas no sal e escaladas na hora do preparo. “Salgo e fico umas duas semanas comendo, depois compro de novo. Às vezes compro feijão em lata, conserva, sardinha. Mas tem muito enlatado que vem estragado. Aqui não tem variedade de comida.”

Francisco reconhece que o consumo excessivo de sal e enlatados faz mal para a saúde. Mas o problema dele não está ligado ao sódio, e sim ao trabalho pesado na roça. O agricultor tem uma hérnia na coluna de tanto que carrega peso. E mesmo com o corpo reclamando de vez em quando, é enfático: “A farinha no Brasil nunca parou de vender. Compram a vida toda. Vou vender farinha até me aposentar. E nem vou parar de trabalhar. A farinha nova dá muito dinheiro, todo mundo quer comprar”. Ele ganha dois salários mínimos por mês e, mesmo que não pretenda parar de produzir, contribui mensalmente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais para ter direito ao benefício da aposentadoria por tempo de serviço. A colaboração é mensal no valor de 10 reais e o provento vem depois de 15 anos. O tapauense não sabe ao certo quanto tempo falta para o motor de ceva descansar.

O agricultor tem razão quando afirma que “a farinha no Brasil nunca parou de vender”. A iguaria é produzida de norte a sul e o último relatório da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apontou que, em 2012, o país produziu 21 mil toneladas de mandioca. Os valores da última safra variam com a região: no

eixo centro-sul, o quilo é vendido a R\$ 0,83 com variação de 35%, e no eixo norte-nordeste é vendido a R\$ 0,90 com variação de 38%. Mas se engana quem coloca o Brasil no topo da produção mundial de mandioca. O país que encabeça essa lista é a Nigéria, com quase 58 mil toneladas em 2012, seguida da Indonésia com 28 mil e da Tailândia com quase 27 mil. O Brasil vem logo abaixo, em quarto lugar.

Por aqui, a raiz ganha diferentes apelidos, dependendo da região: macaxeira, mandioca, aipim, maniva, castelinha... E da planta conhecida como maniva nada se perde: as folhas e o caule são utilizados para ração de animais e a raiz é utilizada tanto na alimentação humana – frita, cozida, bolos, pudins, pães e purês –, quanto na animal – crua, cozida e desidratada. Mas é na indústria que ganha as mais diversas funções – amido, farinha, raspas e até na produção de álcool.

No Amazonas, onde a mandioca teve origem, a população a utiliza também para cozinhar beijus, tapiocas, mingaus e tucupi – sumo amarelo espremido da mandioca brava, depois de descascada, ralada e espremida. Depois de descansado, o líquido é cozido para eliminar o ácido cianídrico presente na raiz. A iguaria é utilizada para cozinhar pratos típicos, como pato no tucupi e tacacá.

Mas Francisco não costuma extrair o tucupi e tampouco a goma para fazer tapioca. O negócio dele é assar farinha de qualidade para continuar pedalando e conversando pelas comunidades ribeirinhas: “Aqui para dentro do Tupé e do Julião, todo mundo me conhece. Eu sou muito divertido. Não sou parado, não me enrolo com nada.”

A PROFESSORA DE JOVENS E ADULTOS



– Professora, estamos precisando de alguém para trabalhar na comunidade Colônia Central, a senhora conhece a região?

– Não. Onde fica?

– Fica às margens do Rio Negro e no meio da floresta. A senhora topa ir lá?

– Santo Deus, eu nem sei onde é isso. Mas gosto de desafios, eu vou.

O convite consistia em alfabetizar as crianças e adultos daquela área. Clarice de Castro Quinto, 60, aceitou a convocação. Foi em dupla com a professora Glória. Peregrinaram durante uma semana à procura de alunos e realizando matrículas. A andança começou na comunidade Nossa Senhora Auxiliadora, no rio Tarumã Açu, passaram pelo Julião, caminharam no ramal de mata fechada que liga a vila à Colônia Central e bateram de porta em porta, até a última casa. No final da jornada, conseguiram 36 alunos. As duas voltaram para Manaus, entregaram os nomes à Secretaria de Educação do Amazonas (SEDUC-AM), mas a professora Glória desistiu do projeto. Achou longe. Não queria andar tanto tempo na mata.

– E aí professora, a senhora vai?

– Eu aceito o desafio. Seja o que Deus quiser na minha vida, porque se for para ajudar alguém eu prefiro aceitar a situação.

O Programa Amazonas Alfabetizado é destinado a pessoas a partir de 15 anos que não tiveram oportunidade de estudar quando criança. O projeto está vinculado ao Programa Brasil Alfabetizado (PBA) do Governo Federal, que existe desde 2003 e tem como objetivo a universalização do ensino fundamental no país. No Amazonas, foi implementado em 2013 e já alfabetizou 10 mil

alunos na capital e no interior. Os professores recebem uma bolsa de 400 reais pelo trabalho e os coordenadores do projeto ganham 600 reais para cuidar da agenda, do conteúdo programático e oferecer suporte acadêmico para os alfabetizadores. Clarice acumula as duas funções. “Sou coordenadora e como não tem professor também alfabetizo. Sou responsável por ir até Manaus pegar a merenda dos alunos e, como não tem cozinheira cuido do lanche. Faço de tudo um pouco.”

A gestora da REDES do Tupé, Fátima Nascimento, ofereceu um terreno para que a professora mudasse para a Colônia Central, uma licença para a retirada de madeira da floresta e o desafio de construir uma casa em 90 dias. “Acho que ela tinha medo de que eu desistisse e fosse embora. Mas ficava pensando em como levantaria uma casa em apenas três meses.” A educadora contou com a ajuda dos comunitários na limpeza do terreno, extração de madeira, construção da moradia e, em apenas 60 dias, a estrutura estava erguida, logo na entrada da vila. Ela deixou a casa no bairro São José, zona leste de Manaus, e chegou à comunidade com o esposo Audálio e os dois netos. Hoje, Clarice tem 60 alunos: 25 adultos e 35 crianças. Os adultos são matriculados na SEDUC, mas o trabalho que desenvolve com os pequenos é voluntário. O curso de alfabetização ocorre duas vezes por semana no Centro Social da comunidade.

– Eu não leciono só pelo dinheiro. O trabalho com as crianças é todo voluntário. Gasto o meu tempo ajudando, porque minha formação foi toda voluntária. Eu quero contribuir para a melhoria de vida das pessoas.

Clarice nasceu em Maués, distante 356 quilômetros da capital,

é indígena da etnia Sateré-Mawé. Fugiu da aldeia porque queria estudar e ficou 20 anos sem ver a mãe. “Saí de casa porque queria estudar e a minha mãe não deixava. Já morei na rua, mas graças a Deus hoje sou casada e formada”, comemora. Ela se formou em Pedagogia, cursou Ação e Reflexão Social e Promotoria de Direitos Legais na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Aos 60 anos, viaja a cada dois meses a Brasília para assistir às aulas do curso de Técnica Agrícola que faz na Escola Nacional de Formação da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag). No curso, existem cinco amazonenses: quatro mulheres e um homem. Eles são das cidades de Beruri, Parintins, Manacapuru e Manaus. “A ideia é conhecer o modo de vida de outros povos rurais, de outros estados, de outros países, e a gente vai para luta mesmo.”

E a indígena de pele morena, cabelo curto, olhos pequenos e com apenas 1,50 metros de altura não para por aí. Clarice está envolvida em projetos de organizações não-governamentais como a Nyamundaju, Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipê) e também atua como promotora legal e defende o direito da mulher e das crianças na Colônia Central. “Vejo que a comunidade precisa muito desse apoio e fico contente em transmitir o conhecimento que alguns moradores ainda não têm. Eu me vejo assim bem quieta. A dificuldade é grande, mas estou feliz.”

Além do curso em Brasília, atua em projetos em parceria com ONG's e aulas de alfabetização para adultos. A professora também leciona em horário integral, diariamente, na Escola Municipal São João, na comunidade São João do Tupé. O acúmulo de atividades aproximou a educadora dos alunos e dos moradores, mas fez

com que ela se tornasse uma mãe ausente. “A nossa vida na área de educação rural é assim, pra onde der, o vento leva. Graças a Deus eu tenho um marido que não me persegue. Tive seis filhos, e quem cuida da casa e das crianças é meu esposo.” Audálio trabalha como pedreiro e se levanta cedo para preparar o café dos netos antes de irem para escola. É ele quem desce ao igarapé para lavar a louça e as roupas da família. O marido já fez até papel de parteira e ajudou a trazer o caçula ao mundo.

– O senhor não ficou com medo?

– Não fiquei com medo na hora de fazer o parto. Entreguei na mão de Deus e deu tudo certo.

O casal perdeu dois filhos e, quatro moram em Manaus, na casa do bairro São José. Eles reclamam que quase não conseguem ver a mãe. Mas já estão acostumados com as idas e vindas de Clarice. Ela vai à Manaus toda semana, e o marido adequa o horário de trabalho para buscar a esposa na marina. Acorda cedo, pega o galão com gasolina, desce a trilha no meio da floresta, sobe no pequeno barco, acende um cigarro e vai aos poucos avançando em direção à cidade. No horário em que ele costuma sair, as águas escuras ainda estão calmas, aos poucos a proa quebra o espelho d’água e forma o banzeiro no rio. A educadora reconhece que o apoio do marido é essencial para a sua rotina de estudo e trabalho: “Meu esposo é um amigão que Deus me deu. Ele não bisbilhota a minha vida, eu faço o mesmo com a dele, e a gente se entende. Nós dançamos, bebemos, rimos juntos: somos amigos”.

O MILAGRE DE LUZIA

Luzia Fonseca da Costa, 65, cruza a Colônia Central empurrando o carrinho de mão em direção ao igarapé que corta a comunidade. Nele, leva baldes com roupa suja, sabão em pó, escova, água sanitária e também uma sacola com o lanche da tarde: um pacote de suco de laranja em pó e bolacha *cream cracker*. Passa em frente à igreja católica, ao campo de futebol e ao posto de saúde. Desce a trilha de barro cortando as plantações de mandioca até que, finalmente, chega ao olho d'água. Lá, fica em pé e submersa até a cintura. Esfrega a calça, a toalha e os vestidos na tábua que atravessa as duas margens. E bate, bate com um pedaço de madeira até julgar que a peça ficou limpa. Joga a roupa na água gelada para o enxague e repete o processo para cada meia, camiseta ou lençol. O curso do igarapé leva a sujeira embora e, quando Luzia acaba com o serviço, sobe no sentido da nascente e enche a jarra com o líquido que, acrescido do pó, vai virar suco. Depois de comer, aproveita que já está molhada para tomar um banho, organiza as roupas limpas no carrinho de mão e pega o caminho de volta para casa.

Quem a vê subindo e descendo as ruas em direção ao igarapé, não imagina que ao chegar na vila, em 2011, mal conseguia andar devido à bursite crônica. A doença deixou seus joelhos rígidos, de forma que a locomoção era dolorida e às vezes nem sequer conseguia se abaixar ou dobrar o joelho. “Fiz uns exames e deu tanto problema nos meus ossos, minha irmã. Fiquei imóvel. Fiz seis meses de fisioterapia por causa do meu joelho, do meu braço, da bursite e da artrite.”

Luzia nasceu em Óbidos, no oeste do Pará, e migrou para Manaus quando tinha cinco anos. Casou, separou, casou de novo e

parou em São João do Tupé, onde permaneceu por 20 anos. A mudança para a Colônia Central aconteceu porque a filha Maria Célia foi comandar a igreja Assembleia de Deus da comunidade. “Eu já conhecia esse lugar. Já tinha vindo aqui há dez anos. E quando quiseram me dar um terreno aqui, eu disse que não queria. Disse que não estava doida para vir morar nesse mundo de mato depois de ter minha casa lá perto da margem.”

Ela mudou de ideia durante uma de suas orações. Em sua conversa com Deus, ele disse que Luzia deveria ir para Colônia Central ajudar a filha que tocava os trabalhos da Igreja sozinha há oito meses.

- Meu Senhor, o que vou fazer lá doente, sem conseguir andar?
- Você vai assim mesmo.
- Tudo bem, eu vou. Mas como chegarei lá?

A paraense contou para Maria Célia a conversa que teve com Deus na oração da noite anterior, e perguntou se a filha achava que ela deveria sair da casa de 10 metros de comprimento por 5 de largura, com varanda e localizada às margens do Rio Negro, para começar uma nova vida, fincar desde a primeira estaca, em uma comunidade no meio da floresta.

– Mãe, se o Senhor disse para a senhora mudar para Colônia Central, é porque Ele vai curar a senhora para lá.

Luzia tem sete herdeiros: cinco mulheres e dois homens. Mas ela criou ainda o Marcelo, o Luiz Carlos, a Miriam e o Odeci, que são os filhos de coração. No dia da mudança, a família inteira ajudou. Esperaram por ela com uma bicicleta no começo da trilha. Andavam, doía. Paravam. Voltavam a pedalar. Doía, interrompiam a viagem novamente. Quando saíram da floresta, ela desceu

da bicicleta. Um filho agarrou de um lado, um neto do outro, até que conseguiram levá-la para a casa de Maria Célia. “Eu sei que depois que cheguei aqui, não demorou muito, eu comecei a andar. Meu problema era São João do Tupé. Lá eu vivia doente, era dor de cabeça, pressão, braço, perna.”

Depois que recuperou os movimentos, o próximo passo era levantar a nova casa. Na Colônia Central, os terrenos não são comprados. O ribeirinho pede um lote para o presidente da comunidade, a solicitação é levada para a assembleia da Associação de Moradores e os membros da organização decidem se a família tem direito ou não àquele pedaço de terra. A paraense ganhou a área que pertencia a um dos índios dessana que abriu a trilha que daria início à vila, em 1994. O abacateiro, a mangueira e as roseiras do quintal são heranças dos primeiros moradores. Após a liberação do terreno, é preciso esperar a licença ambiental para a retirada da madeira da floresta, que é emitida pela Semmas. A liberação demorou para sair, pois Luzia queria que a casa fosse construída com acariquara – uma espécie roliça, resistente e amplamente utilizada para a confecção de postes de luz. “Eu encasquetei que queria a casa construída com pau roliço e a Semmas me perguntava se eu estava ficando louca, se queria desmatar a floresta.” Os técnicos compareceram ao terreno, mediram e permitiram a retirada de três tipos: o roliço para a sustentação da casa, um para o assoalho e outra espécie para as paredes.

A construção de residências emprega temporariamente os homens da Colônia Central. Eles ganham dinheiro retirando a madeira, transformando as toras em pranchas, erguendo as estruturas ou roçando terrenos. O marido de Luzia ganha dinheiro

dessa forma, enquanto ela se aposentou aos 55 anos, por tempo de serviço. Antes do benefício, ela trabalhava na agricultura, produzia farinha e plantava hortaliças para sobreviver. Contribuiu durante 15 anos com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais para ter direito ao salário mínimo que ganha hoje.

Luzia vai a Manaus apenas uma vez por mês para receber seus 724 reais. Quando volta, já traz o rancho: feijão, arroz, macarrão e o café para os próximos 30 dias. O casal segue na pequena rabeta até a marina e de lá pegam um ônibus. O trajeto até o banco leva quase duas horas. As proteínas são retiradas dos recursos naturais. O marido pesca, os netos caçam. “Nós podemos caçar e pescar aqui para nossa alimentação. Não precisamos de licença. Não podemos exagerar e nem colocar para vender.”

A paraense gosta da vida tranquila da zona rural e não tem vontade de voltar a morar em Manaus. “Aqui eu falo com a natureza. Quando está muito quente, vou para debaixo das árvores, e à noite é gelado, faz frio.” A única reclamação da aposentada é a distância que precisam andar quando o rio seca: “Em outubro, o lago desce e fica fácil de pegar peixe. Mas para sair daqui é um sofrimento. Temos que andar duas horas por cima de paus, água gelada, às vezes passar pela lama, pela areia, até que chegue no igapó para a gente pegar a canoa.” Fora o problema da redução das chuvas, Luzia não reclama da Colônia Central. Após a mudança de comunidade, não precisou mais do atendimento de urgência dos hospitais de Manaus. Ela se consulta no posto de saúde quando o médico aparece. Faz os exames, pega os remédios, controla a pressão, evita consumir carne salgada, mesmo não tendo energia elétrica para conservar os alimentos. “Depois que mudei para cá,

nunca mais precisei ser levada às pressas para o pronto-socorro. Lá no Tupé, não. Eu saía carregada.”

